

Vinculação não inclui desembolsos deste ano

BRASÍLIA — O Brasil reinicia hoje à tarde, em Nova Iorque, a negociação da dívida externa com o comitê representante dos bancos credores, depois de ter recebido, durante o fim de semana, "sinais positivos" de que será possível chegar a um acordo. O anúncio foi feito ontem à tarde pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega.

Segundo Maílson, o governo mantém sua posição nos dois pontos que levaram à suspensão da negociação na semana passada: não aceita uma vinculação automática e rígida entre a totalidade dos desembolsos dos bancos e o cumprimento das metas do acordo a ser assinado com o FMI, nem admite que as reservas brasileiras depositadas no exterior sejam penhoradas pelos bancos, em caso de nova suspensão do pagamento de juros.

Os dois negociadores brasileiros — o diplomata Sérgio Amaral, secretário de assuntos internacionais da Fazenda e o diretor do Banco Central para a dívida externa, Antônio de Pádua Seixas — embarcaram ontem à noite para Nova Iorque para retomar as discussões.

Maílson disse que será preciso aceitar algum tipo de vinculação entre o acordo com os bancos e com o FMI, mas que a vinculação não atingirá os desembolsos de US\$ 4 bilhões já acertados com os bancos para este ano. "Vamos assinar um acordo com os bancos antes de ter o acordo com o FMI aprovado por sua diretoria executiva", afirmou.

Peculiaridades — O acordo com o FMI não sairá antes de julho ou agosto e é pré-requisito para a negociação com os governos credores, do Clube de Paris, e com o governo japonês, que tem um programa especial para os países endividados. O acordo com os bancos este ano terá "peculiaridades", segundo Maílson. Normalmente os desembolsos eram divididos proporcionalmente entre bancos particulares, agências multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI, e os eximbanks — bancos oficiais que financiam a importação de bens de capital e equipamentos.

Mas este ano, a maior parte dos desembolsos ficará a cargo dos bancos credores, enquanto em 1989 a situação se inverterá: o FMI, o Bird e os eximbanks vão bancar a maior parcela do refinanciamento da dívida.

"Os bancos querem ter um mínimo de certeza de que haverá algum tipo de vinculação entre seus desembolsos e os outros que virão depois", disse Maílson. Mas garantiu que o Brasil não aceitará a vinculação que existia nos acordos de 1983 e 1984, quando todos os desembolsos dos bancos eram vinculados a um desembolso prévio do FMI, que poderia ser suspenso caso o país não cumprisse metas trimestrais de política econômica.

Maílson disse ter recebido "sinais positivos" da possibilidade do acordo tanto da parte dos bancos quanto de autoridades oficiais de países credores, mas não considerou "ético" nomear essas autoridades.